



**PSICOLOGIA COMPLEXA E COVID-19: CISMA NO BRASIL
DURANTE O ENFRETEAMENTO À PANDEMIA**

***PSICOLOGÍA COMPLEJA Y COVID-19: EL CISMA DE BRASIL
DURANTE LA RESPUESTA A LA PANDEMIA***

***COMPLEX PSYCHOLOGY AND COVID-19: BRAZIL'S SCHISM DURING
THE PANDEMIC APPROACH***

Ribeiro, Ricardo de Queirós Batista¹

Resumo

A pandemia do novo coronavírus criou uma enorme comoção no Brasil e no mundo. Além dos desafios para o enfrentamento da COVID-19, surgiram outros decorrentes de um fenômeno psicossocial que atravessou e interditou o diálogo. Uma possessão coletiva, em seu entrelaçamento biopsicossocial e espiritual, parece ser a raiz da dificuldade de se estabelecer estratégias unificadas de enfrentamento à COVID-19 no cenário brasileiro. O objetivo dessa pesquisa foi proporcionar, a partir da psicologia complexa de Carl Gustav Jung, uma reflexão e compreensão sobre as influências psicossociais da pandemia COVID-19 que provocaram a divisão do país em dois grupos que se opõem radicalmente sobre as estratégias de enfrentamento. Aplicou-se um questionário online para obtenção de dados que possibilitou a construção de uma breve compreensão deste fenômeno psicossocial no Brasil. Os resultados corroboram a percepção da enorme comoção provocada pela pandemia na população brasileira e a manifestação do fenômeno da possessão coletiva, que entrelaçou a crise provocada pela pandemia com conflitos político-partidários. O fenômeno da possessão coletiva se relaciona com a atitude psíquica religiosa, teorizada por C. G. Jung, e os dados corroboram esse postulado e indicam o valor protetivo da espiritualidade e da religiosidade intrínseca para a saúde mental individual e coletiva.

Palavras-chave: Psicologia junguiana; Possessão coletiva; Psicologia das massas; coronavírus; COVID-19

¹ Academia Militar das Agulhas Negras - (AMAN), Resende - Rio de Janeiro - Brasil. Professor do Departamento de Psicologia/Divisão de Ensino/AMAN. e-mail institucional: ricardo.queiros@aman.eb.mil.br. e-mail pessoal: ricardoqbr@hotmail.com / ricardoqbr@gmail.com



Resumen

La pandemia del nuevo coronavirus creó una gran conmoción. Además de los retos a los que se enfrentó COVID-19, otros surgieron de un fenómeno psicosocial que atravesó e interceptó el diálogo. Una posesión colectiva, en su entrelazamiento biopsicosocial y espiritual, parece ser la raíz de la dificultad para establecer estrategias unificadas para enfrentar el COVID-19 en el escenario brasileño. El objetivo de esta investigación fue aportar, desde la compleja psicología de Jung, una reflexión y comprensión sobre las influencias psicosociales de la pandemia, que provocó la división del país en dos grupos que se oponen radicalmente en las estrategias de afrontamiento. Se aplicó un cuestionario en línea para obtener datos que permitieran construir una breve comprensión de este fenómeno psicosocial en Brasil. Los resultados corroboran la percepción de la enorme conmoción causada por la pandemia entre la población brasileña y la manifestación del fenómeno de la posesión colectiva, que entrelazó la crisis causada por la pandemia con los conflictos político-partidarios. El fenómeno de la posesión colectiva está relacionado con la actitud religiosa psíquica (Jung), y los datos corroboran este postulado e indican el valor protector de la espiritualidad y la religiosidad intrínseca para la salud mental individual y colectiva.

Palabras-Clave: *Psicología junguiana; Posesión colectiva; Psicología de las masas; Coronavirus; COVID-19.*

Abstract

The pandemic of the new coronavirus created an enormous commotion. Besides the challenges to face COVID-19, others arose from a psychosocial phenomenon that crossed and interdicted the dialogue. A collective possession, in its biopsychosocial and spiritual intertwining, seems to be the root of the difficulty in establishing unified strategies to face COVID-19 in the Brazilian scenario. The objective of this research was to provide, from the complex psychology of Jung, a reflection and understanding about the psychosocial influences of the COVID-19 pandemic that caused the division of the country into two groups that radically oppose each other about coping strategies. An online questionnaire was applied to obtain data that allowed the construction of a brief understanding of this psychosocial phenomenon in Brazil. The results corroborate the perception of the enormous commotion caused by the pandemic in the Brazilian population and the manifestation of the phenomenon of collective possession, which intertwined the crisis caused by the pandemic with political conflicts. The phenomenon of collective possession is related to the religious psychic attitude, theorized by Jung, and the data corroborate this postulate and indicate the protective value of spirituality and intrinsic religiosity for individual and collective mental health.

Keywords: *Jungian psychology; Collective possession; Psychology of the masses; Coronavirus; COVID-19.*

1. Introdução



No dia 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a pandemia de COVID-19, uma doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2). O termo pandemia se refere ao momento social que uma enfermidade epidêmica está amplamente disseminada por diversas regiões do planeta, e com transmissão sustentada entre as pessoas.

Logo em seguida, no dia 13 de março, os governadores do Estado do Rio de Janeiro e São Paulo, estados em que as secretárias de saúde indicavam a ocorrência de transmissão comunitária da doença, anunciaram seus decretos com as medidas planejadas para enfrentar a disseminação do novo coronavírus, localizada num município, aqui, no estado. O isolamento social com a suspensão de aulas, proibição de eventos com grande aglomeração, restrição de atividades comerciais, entre muitas outras fizeram parte das medidas de enfrentamento anunciadas.

O efeito social das medidas de enfrentamento adotadas de acordo com decreto do governo federal e as medidas estabelecidas pelos estados e municípios do país, naquele momento, estava sendo mensurado diariamente pelos respectivos ministérios e secretarias estaduais e municipais. Contudo, alguns estados e municípios quiseram adotar suas próprias medidas de enfrentamento, mas os respectivos ministérios estavam sinalizando a necessidade de técnicas sincronizadas de enfrentamento para evitar que a economia do país fosse gravemente afetada.

Durante aquele mês de março, pela rápida evolução dos acontecimentos no Brasil e no mundo, ocorreu uma volumosa disseminação de informações

contraditórias e catastróficas sobre a COVID-19, tanto pela grande mídia como pelas mídias sociais. No Brasil, instaurou-se um cenário de incertezas e pânico. As autoridades das diversas esferas (federal, estadual e municipal) não chegavam a um consenso das melhores medidas a serem adotadas. Embora às orientações do Ministério da Saúde estivessem como norte, o comportamento individual de algumas autoridades regionais não correspondia ao esperado. As autoridades locais estariam seguindo algumas das supracitadas orientações, contudo às alteravam ou adotavam outras medidas de acordo com seus entendimentos sobre a COVID-19.

Logo surgiram, na população em geral, opiniões divergentes com apoiadores da adoção e manutenção de medidas de enfrentamento mais “restritivas” e outros que defendiam medidas mais “suaves e progressivas” que não causassem dificuldades aos comerciantes e trabalhadores autônomos, inclusive entre as autoridades. Diante desse cenário, enorme quantidade de informações surgiu e foi usada para justificar as intenções de ambos os lados desta contenda, promovendo a elevação do ruído na comunicação e da tonalidade afetiva durante as conversas ou depoimentos, gerando calorosos debates entre personalidades políticas com reflexos na população.

A saúde e a economia estavam, sem dúvida alguma, na linha de frente da pandemia, e cada país buscava conquistar uma maior compreensão sobre o coronavírus para oferecer um tratamento técnico adequando baseando-se no conhecimento científico disponível. Inquestionavelmente, existia uma corrida mundial contra o tempo.



Contudo, além da saúde e da economia também se constatou a existência de um problema psicossocial, para a psicologia social melhor compreender e ajudar a descrever. Isto é, existia uma manifestação social local e mundial semelhante a uma “possessão coletiva” (Jung, 2011, p. 12, OC 10/1, § 490), provocando uma epidemia psíquica indiscriminada de crenças distorcidas — uma moderna legião de disseminadores de *fake news*, além das manifestações de xenofobias, intolerância religiosa e política etc. —, em conformidade com o citado fenômeno de massa humana teorizado pelo médico psiquiatra e psicólogo suíço Carl Gustav Jung (1875-1961).

Em 1918, C. G. Jung publicou um artigo intitulado “Über das Unbewusste” (Sobre o inconsciente) [...]. Nele expõe a teoria convincente de que o conflito na Europa, naquela época, considerado apenas do ponto de vista materialista, era, no fundo, uma crise psicológica que tinha sua origem no inconsciente coletivo dos indivíduos, influenciando grupos e nações. A seguir, escreveu uma série de ensaios sobre a conjuntura da época e principalmente sobre a relação do indivíduo com a sociedade (Jung, 2011, p. 7).

A crise no Brasil, provocada pela pandemia do coronavírus, afetou e ainda afeta todas as expressões do poder nacional — econômico, psicossocial, científico e tecnológico, militar, político —, o legislativo, executivo e judiciário precisam se unir para oferecer uma solução conjunta, em prol da saúde e da cidadania de um trabalhador em diálogo com os empregadores. No entanto, o pronunciamento oficial do senhor Presidente da República, em dia 25 de

março de 2020, tornou evidente que existiam divergências de entendimento entre às autoridades, sobre quais seriam as estratégias mais adequadas a serem adotadas pelo Poder Público.

No contexto psicossocial brasileiro, de Norte a Sul de Leste a Oeste, surgiram manifestações de apoio ou discordância ao pronunciamento do senhor Presidente, caracterizando dois grupos bastante distintos. Um grupo formado por aqueles que apoiaram o Presidente e a sua estratégia que apregoava a diminuição das medidas restritivas em prol da manutenção do equilíbrio econômico e dos empregos; e outro grupo que discordava da fala do Presidente e apoiava a manutenção das medidas restritivas que buscavam, de maneira mais enérgica, achatar a curva de crescimento da contaminação do novo coronavírus. Assim, verificou-se nitidamente o surgimento e o crescimento de dois grupos distintos, principalmente pelos posicionamentos nas redes sociais que possuem um amplo alcance proporcionado pelas possibilidades das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) com os seus respectivos aplicativos e o amplo uso do ciberespaço.

O ciberespaço, indiscutivelmente, possibilitou perceber diversas opiniões dos variados grupos que se identificavam como apoiadores do “relaxamento das medidas de enfrentamento” ou grupo de apoiadores da “manutenção das medidas mais restritivas”. A frequente agressividade dos debates, muitas vezes, encaminhados para ferozes ataques e discussões, gerou e tem gerado muitos ressentimentos e um aviso para ficarmos vigilantes, pois uma aparente diferença de posicionamento sobre as medidas de enfrentamento mais adequadas



para o Brasil, que possivelmente encontra a sua raiz na dúvida e desavença, aponta para outro fenômeno que aparece como pano de fundo e revela estreita semelhança com movimentos de massa do passado.

Os integrantes mais exaltados, nos dois grupos em questão, indicam a possibilidade da existência de uma possessão coletiva. Em sua obra *Presente e Futuro*, originalmente publicada em 1957, Carl Gustav Jung já nos advertia que:

Por toda parte do mundo ocidental, já existem minorias subversivas e incendiárias prontas para entrar em ação, que gozam da proteção de nossa humanidade e de nossa consciência jurídica. Face à disseminação de suas ideias, nada podemos contrapor a não ser a razão crítica de uma certa camada da população, espiritualmente estável e consciente. [...] Se um Estado de direito sucumbe, por exemplo, a um acesso de fraqueza, a massa pode esmagar a compreensão e reflexão ainda presentes em indivíduos isolados, levando fatalmente a uma tirania autoritária e doutrinária (Jung, 2011, p. 11-12, OC 10/1, § 489).

Nessa passagem Jung faz uma análise dos fenômenos sociais que ocorriam na Europa, pois a partir de uma crise social, surgiu uma crise psicossocial que foi provocada por uma epidemia psíquica. As citadas minorias subversivas, nesses momentos de crise, conseguem se expandir, e pelo contágio e epidemia psíquica, se tornam enormes massas que vão “absorvendo” os indivíduos mais fragilizados psicologicamente pelo momento de crise social, que são àqueles que não estão espiritualmente estáveis e conscientes. O surgimento do Nazismo, Fascismo, Comunismo, entre outros “ismos”, ocorreu dessa maneira. Em outro

trecho dessa mesma obra Jung relata características da crise psicossocial e, nesse ponto, é possível observar conexões com os *modus operandi* dos grupos mais exaltados no Brasil durante o enfrentamento à pandemia do novo coronavírus. Jung sustenta que:

Uma argumentação racional é apenas possível e profícua quando as emoções provocadas por alguma situação não ultrapassam determinados ponto crítico. Pois quando a temperatura afetiva se eleva para além deste nível, a razão perde sua possibilidade efetiva, surgindo em seu lugar *slogans* e desejos quiméricos, isto é, uma espécie de possessão coletiva, que progressivamente, conduz a uma epidemia psíquica. Nestas condições, prevalecem todos os elementos da população que levam uma existência antissocial, tolerada pela ordem da razão. [...] Suas quimeras, baseadas em ressentimentos fanáticos, fazem apelo para a irracionalidade coletiva, encontrando aí um solo frutífero, na medida em que exprimem certos motivos e ressentimentos também presentes nas pessoas normais, embora adormecidos sob o manto da razão e da compreensão. Esses indivíduos, apesar de constituírem um número pequeno em relação ao conjunto da população, representam um grande perigo, pois são fontes infecciosas sobretudo em razão do conhecimento limitado que as pessoas, ditas normais, possuem de si mesmas (Jung, 2011, p. 12, OC 10/1, § 490).

A manifestação de intransigência, localizada nos grupos mais exaltados, coloca em alerta a possibilidade de expansão para um ambiente social de crise fora do mundo virtual, isto é, fora da linguagem tecnológica da internet para praticar uma catarse presencial, como foi



possível observar em algumas manifestações que foram tomadas por atos de vandalismo e agressões.

No Brasil, naquele momento, vivenciava-se uma “crise” com potencial para uma epidemia psíquica, uma possessão coletiva que pode se alastrar aos modos da ocorrência na Europa na década de 30. E, pode parecer exagero realizar uma comparação entre a crise vivenciada no Brasil e aquela ocorrida na Europa, na época de Carl Gustav Jung, mas se consideramos o funcionamento psíquico da espécie humana e as suas características universais chega-se à constatação da real possibilidade. Principalmente, se examinarmos a partir do campo epistemológico da psicologia profunda, que considera a potencialidade a-espacial e atemporal do inconsciente para influenciar e engendrar o comportamento da espécie humana, pelos quatro cantos do mundo.

Baseando-se no conhecimento elaborado pela psicologia de Carl Gustav Jung, esta pesquisa buscou identificar se ocorreu a manifestação do fenômeno de possessão coletiva nesta grave crise enfrentada pela população brasileira. Jung sustenta que esse fenômeno de massa se relaciona com a atitude psíquica “religiosa” do inconsciente coletivo, e que a partir de sua distorção manifesta-se a possessão coletiva. O surgimento de grupos exaltados, na sociedade brasileira, indica a possibilidade da manifestação desse fenômeno. Assim, coletou-se dados que possibilitassem examinar o momento psicossocial da população brasileira, e a manifestação psíquica de fenômenos de massa nos grupos, pois esses não favorecem o estabelecimento de entendimento sobre a pandemia do novo

coronavírus e a criação de uma estratégia unificada de enfrentamento à COVID-19.

O receio da pandemia COVID-19 pôde ser percebido no comportamento individual, grupal, local, nacional e internacional, como o principal assunto daquele momento para expressar a condição “bio-psico-social e espiritual” da espécie humana. E, sem querer ser lacônico, vivíamos em uma condição entrelaçada na pandemia. Por isso, chegou-se a seguinte problemática: Uma possessão coletiva conforme teorizada por Carl Gustav Jung, e percebida no Brasil a partir da pandemia do novo coronavírus, pode dificultar o entrelaçado entendimento biopsicossocial e espiritual da população e das autoridades sobre a melhor estratégia para lidar com a disseminação da COVID-19?

O objetivo geral desta pesquisa foi proporcionar, a partir da psicologia complexa de Carl Gustav Jung, uma reflexão e compreensão sobre as influências psicossociais da pandemia COVID-19 que provocaram a divisão do país em dois grupos que se opõem radicalmente sobre as estratégias de enfrentamento. A fim de viabilizar as reflexões e compreensões pretendidas desta pesquisa foram elaborados os seguintes objetivos específicos:

a. Apresentar os conceitos de “possessão e possessão coletiva” no campo epistemológico teórico e prático da psicologia junguiana, para relacionar com o fenômeno biopsicossocial e espiritual da pandemia COVID-19;

b. Coletar, através de um questionário, dados que possibilitem explicitar a percepção dos brasileiros sobre



as estratégias de enfrentamento à pandemia COVID-19 e as divergências de opiniões.

A presente pesquisa científica encontra relevância na necessidade de ampliar as reflexões e fortalecer o entendimento sobre a pandemia do novo coronavírus, e, posteriormente, contribuir com a discussão em busca de uma fórmula

2. Revisão teórica

O cenário do Brasil, naquele momento, guardadas as devidas proporções, possuía semelhanças, “psicossociais”, com o cenário na Europa pós-primeira guerra mundial. Os países da Europa, naquela época, viviam uma grave crise em todos os campos de sua expressão do poder nacional, como a provocada pela pandemia COVID-19 no Brasil e no mundo.

Os grupos exaltados que se manifestavam naquele contexto da pandemia no Brasil, se constituíam em torno de movimentos ideológicos com características que remetem a uma possessão coletiva, como expressão de uma atitude psíquica religiosa do inconsciente coletivo, semelhante ao ocorrido no pós-primeira guerra mundial na Europa.

A maior parte do psíquico consta de fatos inconscientes que, sendo duros e pesados como o granito, são imóveis e inacessíveis, mas podem desabar sobre nós a qualquer momento, conforme leis ainda desconhecidas. As catástrofes gigantescas que nos ameaçam não ocorrem nos elementos de natureza física ou biológica, mas são acontecimentos psíquicos. Ameaçam-nos de modo aterrador guerras e revoluções, que nada mais são do que epidemias psíquicas. A qualquer momento milhões de homens podem

biopsicossocial e espiritual saudável e livre dos efeitos da massificação, para elaborar estratégias de enfrentamento e diluição da COVID-19 dentro e fora do contexto brasileiro, assim como, de se produzir conhecimentos acerca desse fenômeno psicossocial possibilitando o enfrentamento de outras futuras crises sociais.

ser acometidos de uma ilusão, e poderemos ter outra guerra mundial ou uma revolução devastadora. Em lugar de estar exposto a animais ferozes, à queda de rochedos, “inundação das águas, o homem se encontra ameaçado pelos poderes elementares de sua psique. O psíquico se tornou uma grande potência que supera muitas vezes todos os outros poderes da Terra. O esclarecimento, que tirou da natureza e das instituições humanas tudo o que aí havia de divino, conservou aquele deus do terror que reside na alma, O temor a Deus em nenhum lugar é mais indicado do que aqui, a fim de proteger-nos contra o domínio exagerado do psíquico (Jung, 2012a, pp. 189–190, OC 17, § 302).

Carl Gustav Jung sinalizava o potencial perigo que existe nas possibilidades psíquicas de manifestação das crenças nos humanos, a partir da atitude psíquica religiosa. O arquétipo da totalidade, o *Self*, se encarrega de direcionar os indivíduos, desde a infância até a vida adulta, ao estabelecimento do sentido e significado na vida, ou seja, instituição de todas as suas crenças. Contudo, as crenças não são apenas religiosas, pois tudo que o indivíduo acredita é uma crença, o que inclui todas as doutrinas, inclusive, às científicas. Jung percebeu a relação entre a atitude psíquica religiosa, do inconsciente



coletivo com o fenômeno da possessão coletiva. (Jung, 2011).

A saber, adota-se o conceito para a palavra *doutrina* que a caracteriza como o “o conjunto de ideias básicas contidas num sistema filosófico, político, religioso, econômico, etc.” (Houaiss & Villar, 2009, p. 711). Enquanto que o conceito para a palavra *ideologia* que a caracteriza como “o sistema de ideias sustentada por um grupo social, às quais refletem, racionalizam e defendem os próprios interesses e compromissos institucionais” (Houaiss & Villar, 2009, p. 1043) e/ou “conjunto de convicções filosóficas, sociais, políticas, etc. de um indivíduo ou grupo de indivíduos” (Houaiss & Villar, 2009, p. 1043). E assim, nas ideologias se manifesta-se o fenômeno da busca de poder.

O fator psíquico “crenças” se manifesta nas religiões e nas doutrinas, sejam elas políticas, econômicas, sociais, científicas, etc. Entretanto, Jung verificou que existe uma diferença qualitativa nesta manifestação.

Nas religiões as crenças se constituí na fé no Sagrado e transcendente, e possibilitam uma relativa proteção psíquica aos indivíduos, e aqui cabe uma ressalva que religião, para Jung, é diferente de pertencer a uma instituição religiosa. Os indivíduos que pertencem a uma instituição religiosa sem adotar uma atitude psíquica religiosa voltada para o Sagrado e transcendente, ou seja, apenas a frequente por interesses sociais terrenos, são indicados, por Jung, como adeptos de uma confissão. (Jung, 2011).

Assim, aqueles indivíduos com uma atitude psíquica religiosa direcionada para o Sagrado e transcendente, são os que

adotam uma espiritualidade ou religiosidade intrínseca. Deferente daqueles indivíduos que praticam uma religiosidade extrínseca ou espiritualidade de “modismo”, que apenas buscam essas práticas para obter benefícios pessoais, sejam eles materiais ou emocionais.

Enquanto que nas crenças, apenas mundanas, assim consideradas por não se direcionarem ao Sagrado e transcendente, a atitude psíquica religiosa se direciona para um objeto terrestre, e por isso, não oferecem proteção psíquica aos indivíduos dos fatores do inconsciente (coletivo e pessoal), como acontece àquelas pessoas que direcionam sua atitude psíquica religiosa para o Sagrado e transcendente e que lhes favorece o processo de *Individuação*.

Jung percebeu que aqueles indivíduos que adotavam uma adequada atitude psíquica religiosa eram mais estáveis e conscientes, tanto no nível individual quanto no coletivo. Pesquisas contemporâneas corroboram e fortalecem esse entendimento ao indicarem que as pessoas que adotam uma espiritualidade ou religiosidade intrínseca são menos estressadas, possuem maior bem-estar subjetivo e são menos afetados por doenças físicas e mentais.

Por isso que, nas ideologias, principalmente às não religiosas, por não adotam uma atitude de fé, não ocorre a proteção psíquicas contra os “demônios” interiores, ou seja, da impactante atuação dos arquétipos e complexos, e em consequência ocorre a estagnação do processo de *Individuação*. Nessa situação os indivíduos ficam mais suscetíveis a doenças mentais.



Jung adota o termo de “possessão”, para indicar que as pessoas, nessa condição, podem ser possuídas por esses fatores inconsciente, enfatizando que esse fenômeno é semelhante ao que ocorria entre os povos antigos, porém na atualidade recebe o nome de doença mental. (Jung, 2011).

Naquele momento, a espécie humana estava bastante apreensiva com mais uma pandemia — todavia, dentro de um mundo globalizado através da linguagem tecnológica da Internet —, essa crise pode ser percebida por um amplo público em curto espaço de tempo.

A experiência religiosa, tão necessária à espécie humana, confirma a universalidade de existir, no comportamento humano, uma manifestação do inconsciente coletivo.

Em vista as peculiaridades das possibilidades de direcionamento nos indivíduos de sua atitude psíquica religiosa, se estabelece uma condição psíquica favorável ou desfavorável à manifestação de uma possessão ou possessão coletiva. No caso da possessão coletiva trata-se de um processo de massificação, uma doença mental coletiva.

Assim, entende-se existir a possibilidade da manifestação, desse fenômeno de massa, naqueles que direcionaram sua atitude psíquica religiosa a uma confissão ou ideologia, por estarem mais suscetíveis de sucumbirem a mentalidade coletiva das massas.

É importante destacar que essas formulações de Carl Gustav Jung são daquela obra, *Presente e futuro*, publicada 1957, e nela ele esclarecer que o líder de determinado grupo ideológico, ao executar seus atos utiliza encenação ritualística e

ameaças quase apocalípticas (de um grande cataclismo), mas no caso de suas orientações serem seguidas será alcançado um paraíso terrestre (felicidade e tranquilidade). O grupo de partidários adota bandeiras, faixas, comícios, slogans e paradas que não se diferenciam muito das procissões, fogos de artifícios, faixas e bandeira utilizados em cerimônias religiosas, esse fato ocorreu com frequência no período pós-primeira guerra mundial nas ideologias do Nazismo, Fascismo, entre outras, e continuam a ocorrer na atualidade. O que diferencia as representações religiosas do passado e ainda nos dias de hoje, daquelas utilizadas por grupos ideológicos, além da ausência de Deus, nas ideologias existe uma falsa sensação de segurança coletiva provocada pela afirmação de se possuir a verdade sobre uma determinada situação, no entanto, sem oferecer ao indivíduo proteção contra os “demônios interiores” do inconsciente coletivo pela ausência de diálogo com o Sagrado e transcendente. Além disso, possuem a problemática de não reconhecer o caráter provisório e precário de suas verdades. O que era para ser uma verdade provisória, muito comum no desenvolvimento do conhecimento científico, se torna um dogma e, em consequência, verifica-se uma tendência ao radicalismo ou extremismo. (Jung, 2011)

Esse tipo de deslocamento e falsificação da função religiosa, na verdade, não acontece sem o surgimento de dúvidas secretas, que são imediatamente reprimidas de modo a evitar o conflito com a tendência dominante de massificação. Como fator de hipercompensação, surge então o *fanatismo* que se transforma, por sua vez, na mais poderosa alavanca da repressão e extermínio de toda



oposição. A liberdade de opinião e a decisão moral são violentamente eliminadas. O fim então justifica os meios, mesmo os mais condenáveis. A razão [...] é exaltada como um credo e o líder ou chefe [...] passa a semideus, para além do bem e do mal, da mesma forma que os sectários se transformam em heróis, mártires, apóstolos ou missionários. Somente existe *uma* verdade e fora dela nenhuma outra. Quem pensa de modo diferente é um herege sobre o qual pairam, segundo os moldes bem conhecidos de nossa tradição, as ameaças mais terríveis. (Jung, 2011, p. 22 OC 10/1, §511, grifo do autor).

O exposto aponta no campo epistemológico teórico e prático, da obra psicológica de Carl Gustav Jung, para uma relação psíquica entre “religião”, “confissões” e “doutrina mundana” e suas consequências, numa fronteira tênue com as ideologias políticas e religiosas, que levam à possessão coletiva. Porque, como notou Jung, existem vários fatos pertinentes com referência à religião e às ideologias. Em primeiro lugar, não há civilização no presente ou no passado sobre o planeta que não tenha tido, na religião, um conjunto de crenças e rituais sagrados, que serviam como organizadores das vivências coletivas dos humanos. Dessa forma, um estudo sobre a possessão coletiva da função religiosa no cenário de crise pandêmica, em todos os campos da expressão de poder nacional do Brasil, servirá, à luz da psicologia Junguiana, para iluminar, compreender e descrever aspectos psicossociais da pandemia COVID-19 no Brasil e alertar sobre possibilidades sombrias, caso não sejam adotadas, a médio prazo, medidas para se restabelecer ou reorganizar o diálogo com a sociedade civil em geral.

Jung utilizava a palavra possessão para designar o fenômeno proveniente da forte carga emocional que constela o complexo de tonalidade afetiva ou, apenas, “complexo” e provoca uma quebra do autocontrole e autoconsciência do indivíduo a semelhança dos “doentes mentais” que nas superstições de todos os povos eram considerados possuídos pelo demônio (Jung, 2011, p. 658, OC 2, § 1352).

Do exposto, pode-se perceber que os grupos mais exaltados, supracitados, apresentam características típicas de um contágio psíquico que, como acomete a muitos, se trata de uma possessão coletiva. A forte carga emocional, provocada pela pandemia COVID-19, estabeleceu as condições propícias para o alastramento de uma epidemia psíquica. A elevação da tonalidade afetiva, percebida nos calorosos debates entre os grupos divergentes, indica um fanatismo que, inconscientemente, anseia por abafar as suas dúvidas.

Todos, em momentos de crise, “anseiam” por uma direção para sentir-se seguros. O desconhecido é apavorante, principalmente diante da possibilidade da morte iminente. Saber o que fazer para enfrentar uma grave crise proporciona certa segurança psíquica que diminui a angústia e o sentimento de impotência que surgem em momentos de incertezas. Assim sendo, o indivíduo, inconscientemente, tem a tendência a aderir, principalmente àquele que não adotam uma atitude religiosa de fé no Sagrado e transcendente, ao posicionamento de seu grupo de pertencimento ideológico, ou se inclinar para um novo grupo em ascensão, como os supramencionados, e passará a defesa, intransigente, de suas verdades. E todos esses grupos se caracterizam por não



aceitem o diálogo e busquem reprimir a oposição com agressividade, os adeptos de cada grupo não querem perder o “refúgio seguro” de suas crenças. Os conclamados líderes, consciente ou inconscientemente, realizam a manipulação das massas aos seus propósitos.

Em relação a estratégias de enfrentamento à pandemia, pode-se falar com segurança que não existiam certezas estabelecidas, infelizmente, ainda não tínhamos, e nem temos a certeza se um dia

teremos, um “refúgio seguro”. O que se tinha e se tem, até o momento, são apenas propostas provisórias de ação que precisam ser debatidas e ajustadas na medida em que novas evidências científicas forem descobertas. Assim sendo, junto aos desafios imposto pela pandemia COVID-19, enfrentamos, coletivamente, o desafio de estabelecer o diálogo saudável em busca da tão almejada estratégia de enfrentamento, que seja flexível e eficaz, e, principalmente, imune à possessão coletiva.

3. Material e método

Tratou-se de uma pesquisa qualitativa que buscou desvelar o momento da sociedade brasileira. Ao utilizar a pesquisa qualitativa procurou-se compreender o processo das relações constituídas na sociedade, a partir de incursão nas classes sociais e diferentes níveis de escolaridade, nos meses iniciais da pandemia.

Nesta direção, o principal objetivo do pesquisador foi investigar para qualificar os dados obtidos na literatura científica sobre o fenômeno de possessão coletiva e sua possibilidade de ocorrência durante a pandemia da COVID-19. Os dados foram analisados e interpretados, a luz da psicologia junguiana, a fim de se construir uma proposta de entendimento sobre o momento psicossocial do Brasil afetado pela pandemia COVID-19.

3.1. Participantes

A população do Brasil em 2020, considerando os dados do IBGE (2020), era estimada em 211 milhões de pessoas. A seleção de participantes baseou-se em uma amostragem aleatória simples. Utilizou-se como critério de inclusão brasileiros residentes no Brasil e como critério de exclusão menores de 18 anos. A população maior de 18 anos, segundo o IBGE (2020), é estimada em 145,8 milhões de pessoas.

Assim sendo, para se obter um grau de confiabilidade de 99% e uma margem de erro inferior a 5%, necessitava-se de uma amostra superior a 666 respondentes.

3.2. Instrumento e modo de análise



Aplicou-se um questionário online para obtenção de dados e que possibilitou a construção de uma breve compreensão desse fenômeno psicossocial.

Todas as questões éticas foram observadas, assim, a pesquisa, a constituição do questionário, e o seu uso online foram aprovados pelo CONEP, na plataforma Brasil, com o CAAE 30866820.0.0000.0008.

3.3. Procedimento

Considerando que 99% dos celulares do Brasil possuem o aplicativo WhatsApp instalado, e que 93% dos brasileiros usam o aplicativo todos os dias, um link de acesso ao questionário online foi enviado a diversos grupos de WhatsApp solicitando-se o preenchimento voluntário, após a concordância com o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE),

4. Resultado e Discussão

Inicialmente, uma condição, apontando por Jung (2011), para o estabelecimento de uma epidemia psíquica é a elevada tonalidade afetiva provocada por uma determinada situação. Nas perguntas que se relacionavam ao anúncio da pandemia coronavírus (COVID-19) e o aparecimento de casos no Brasil, 90,1% da amostra responderam que se sentiram

O objetivo do supracitado questionário foi produzir um mosaico para descrever o “espírito” de uma pessoa ou de um grupo de pessoas através das categorias: pensamento, sentimento, sensação e intuição sobre a pandemia COVID-19, associadas aos dados sociodemográficos. As supracitadas categorias são conceitos elaborados na obra *Tipos Psicológicos* (Jung, 2012b) de Carl Gustav Jung.

e difusão (encaminhamento) para outros grupos ou a outras pessoas. Dessa forma, entre os dias 06 e 21 de julho de 2020 (um período de 15 dias), obteve-se 703 respondentes voluntários de todos os estados do Brasil, atendendo a todos os critérios estipulados para este estudo. Os dados coletados possibilitaram algumas constatações conforme se segue.

afetados pelo momento sendo que 39,1% fortemente afetados, 34,9% afetados, e 16,1% parcialmente afetados, enquanto apenas 1,8% estavam neutros e 8,1% não se percebiam afetados, conforme gráfico 1. Acrescenta-se que, além de afetados pela pandemia, 90,5% indicaram preocupação e 71,6% insegurança.



Estou afetado (a) pelas coisas que estão ocorrendo neste momento.

703 respostas

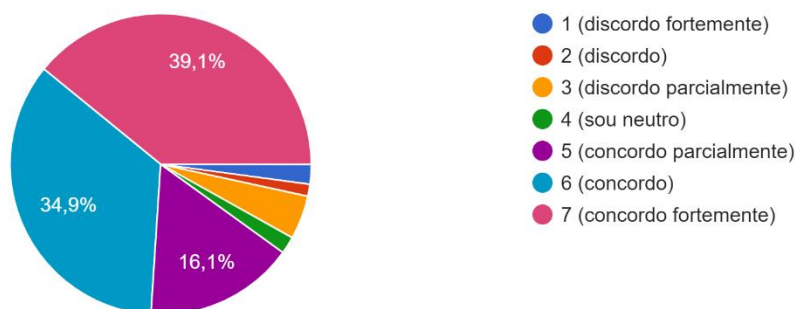


Gráfico 1. Afetados pela pandemia

Fonte: O Autor

O cenário era de muitas incertezas, pois naquele período ainda não existiam perspectivas concretas de enfrentamento, e o desenvolvimento de vacinas, em geral, historicamente, chega a durar uma década.

Com efeito, naquele momento inicial da pandemia, decorridos apenas 4 meses do seu anúncio pela OMS, 73% das pessoas da amostra indicaram estarem com medo de serem contaminadas pelo coronavírus, e 45,5% estavam com medo de morrer em decorrência da contaminação. E, ainda, 58,4% indicaram estarem angustiadas e 82,2% em constante estado de inquietação com a pandemia.

Todos esses dados nos possibilitam perceber a enorme comoção, provocada

pela pandemia coronavírus (COVID-19), no ambiente psicossocial brasileiro. Dessa maneira, naquele momento a elevada tonalidade afetiva mostrou-se ser propícia para o estabelecimento de uma epidemia psíquica. As divergências inicialmente circularam em torno das medidas a serem adotadas para o enfrentamento da pandemia, entretanto elas extrapolaram os aspectos técnicos-científicos e se misturaram a questões político-ideológicas. Uma vez que, 91,3% percebiam que a opção política partidária das pessoas tinha influência nas suas opiniões sobre as melhores ações a serem adotadas, sendo que 51,4% concordavam fortemente e 31,4% concordavam com a existência dessa influência.



Percebo que a opção política partidária tem influenciado as opiniões sobre as melhores ações a serem adotadas.

703 respostas

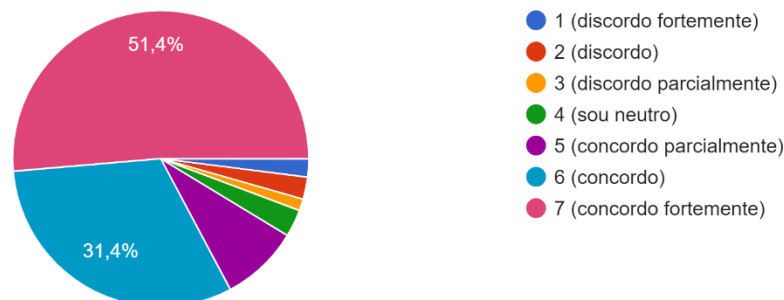


Gráfico 2. Percepção da influência político partidária

Fonte: o Autor

Em linhas gerais, um grupo apoiava a manutenção das medidas de restrição estabelecidas na maioria dos Estados e Municípios, na época denominado de isolamento total (limitação do comércio e serviços ao estritamente essencial). Enquanto o outro grupo defendia o isolamento parcial (apenas pessoas caracterizadas como grupo de risco ou com sintomas sugestivos de COVID-19 deveriam “fica em casa”), ou seja, o relaxamento das medidas de restritivas alinhando-se com a estratégia proposta pelo governo Federal.

Ambos os grupos concordavam da necessidade da realização de algum tipo de isolamento para impedir o colapso do sistema de saúde, que no questionário representou 94,2% dos respondentes. Além disso 98,9% entendiam ser necessário a adoção de medidas preventivas contra a proliferação do coronavírus para “achatar a curva”. A divergência estava em quais medidas deveriam ser adotadas, quando iniciar o isolamento social, por quanto

tempo, e se deveria ser obrigatório ou voluntário.

Os grupos passaram a utilizar argumentos semelhantes para atacar seu opositor, chamando-os de “negacionistas”, ou seja, que não aceitavam os conhecimentos apresentados pelas pesquisas científicas. Cada lado se apoiando em conhecimento científico, ainda em construção, mas que corroboravam seu ponto de vista e que contradiziam o opositor. Essa situação acentuou a polarização naquele momento, assim 67,5% dos respondentes sentiam-se irritados com as opiniões diferentes das suas e entendiam que essa divergência era provocada pelas pessoas que não percebiam as necessidades reais para o momento. Soma-se a esse dado que 75,4% atribuíam que as divergências eram provocadas por interesse pessoal e falta de preocupação com o bem-estar das pessoas em geral. O interessante desses dados são que eles independem da posição defendida pelos indivíduos, tanto os apoiadores das medidas mais restritivas como os apoiadores de



medidas mais suaves percebiam o grupo opositor como despreocupado com a população.

O intrigante é perceber que, naquele momento, as pessoas não consideravam que os seus opositores, ou seja, as pessoas que possuíam uma opinião diferente sobre as medidas que deveriam ser adotadas para o enfrentamento da pandemia, poderiam estar, de alguma maneira, certas e elas terem se enganado, ou que aquelas pessoas também poderiam estar almejando o bem-estar geral, mas por um caminho diferente. O diálogo não era possível pela elevada tonalidade afetiva, que levam as pessoas a massificação e a adotarem as posições unilaterais de seus partidários e líderes. Podemos afirmar, com a segurança dos dados, que se instalou uma possessão coletiva em uma significativa parcela de cada um dos grupos supracitados.

Outro fato intrigante é que os grupos divergiam, com maior ênfase, entre as medidas pelo seu enfoque na área da saúde ou na área econômica. Assim um grupo considerava prioritário os dados da área da saúde, e em decorrência apoiavam as medidas do isolamento social total (mais rigoroso) que evitava os danos imediatos, em oposição outro grupo priorizava os dados da área econômica, e pediam medidas de isolamento social parcial (mais suaves e progressivos) e sem restrições a circulação das pessoas e funcionamento do comércio e serviços evitando danos a médio e longo prazo. Aqui suspeita-se da influência do tipo psicológicos, pois as pessoas mais *perceptivas* funcionam e priorizar mais o aqui e agora, enquanto as pessoas mais *julgamento* tendem a um processamento global, estão mais focadas no futuro. Ambos, são formas de

funcionamentos psíquicos necessários e que se complementam.

Prosseguindo, 84,9% dos respondentes entendiam que os dados da “área de saúde pública” eram os mais importantes para orientar as ações do poder público, enquanto apenas 37,7% entendia ser mais importante os dados da economia.

Entretanto, 65% percebiam que tanto os dados de área de saúde pública quanto os da área econômica eram igualmente importantes, 94,8% entendiam que a pandemia provocaria graves consequências econômicas para a sociedade, e 73% que muitas pessoas perderiam seu meio de sustento ou emprego. Assim, o desafio naquele momento era buscar uma estratégia que estabelecesse o equilíbrio entre esses parâmetros.

Além disso, 60,8% percebiam que as medidas adotadas, pelas autoridades estaduais e municipais, para o enfrentamento da pandemia da COVID-19, não poderiam se estender por um longo período, pois provocaria uma grave consequência econômica podendo provocar muitas mortes, e 74,6% entendiam que as medidas adotadas apenas como uma solução provisória e não resolutive, e que o contágio voltaria a aumentar após a remoção dessas medidas. Um dilema moral se consubstanciou na questão: por quanto tempo, a população em geral, poderia aguardar pelo desenvolvimento de uma vacina com o isolamento social?

Todos esses dados evidenciam, também, contradições nos grupos, comum de ocorrer em situações que possuem forte tensão emocional e que poucos dados confiáveis sobre a pandemia estavam disponíveis.



Além disso, a interpretação dos dados era acomodada para atender a interesses políticos e ideológicos, previamente estabelecidos, e os partidários pareciam apenas aderir aos veredictos que seus líderes divulgavam nas redes sociais e demais meios de comunicação, não existia flexibilidade para o diálogo e reexame dos posicionamentos.

Por fim, outra divergência pairava sobre o uso de medicamentos nas pessoas contaminadas pelo coronavírus. Ainda não existia um medicamento desenvolvido especificamente para essa doença e algumas autoridades passaram a se apoiar em sugestões preliminares de alguns cientistas para o uso de hidroxiquina em associação com outros medicamentos. Enquanto 32,8% concordavam com o uso desse protocolo de tratamento, 44,5% discordavam e 22,7% eram neutras sobre essa questão. Posteriormente, surgiu a indicação da substituição da hidroxiquina, por seus potenciais efeitos colaterais, pela ivermectina ou outros medicamentos, que não teria efeito colateral significativo. Entretanto, constatou-se que, naquela época, ainda se tratava de sugestões resultantes de estudos preliminares, sem garantia de eficácia. Todas essas medicações são originalmente usadas para outras comorbidades e os estudos científicos, naquele momento, ainda eram preliminares e não eram conclusivos sobre a eficácia ou ineficácia deles no combate a COVID-19.

Assim verificou-se que outro dilema moral se apresentou: pela inexistência de medicações com eficácia comprovada para o tratamento da COVID-19, seria cabível o uso emergencial de protocolos com hidroxiquina ou ivermectina? Aos partidários dos grupos

supracitados essa não é uma questão dilemática, pois ambos já possuem a verdade e a solução a ser imposta a todos. Outra questão se apresentou nesse momento: seria cabível que o uso de medicamentos alternativos fosse decidido pelo médico e paciente, ou se deveria adotar uma linha de ação, imposta pelos governantes, igualmente a todos? Aqui retorna-se a questão identificada sobre se as medidas adotadas deveriam ser impostas ou voluntárias, e essa é uma questão que prossegue até os dias de hoje mudando apenas de objeto.

Verificou-se, ainda, uma enorme quantidade de vídeos circulando pelas mídias sociais em que aparecem médicos e pesquisadores defendendo ora a eficácia ora a ineficácia desses medicamentos. Cada grupo se apoiou naqueles argumentos que favoreciam o seu posicionamento sobre essa questão e a divergência foi mudando de objeto, saiu das questões acerca do isolamento social e migrou para o uso de medicamentos. Entretanto, permaneceu a massificação e a adesão inconsciente aos direcionamentos dos seus líderes.

Neste estudo não se buscou estabelecer uma confirmação que favorecesse um determinado ponto de vista adotado pelos grupos. Buscou-se evidência que possibilitasse compreender o *espírito* do brasileiro durante o enfrentamento da pandemia em seu estágio inicial em diálogo com as proposições de Carl Gustav Jung sobre a psicologia das massas. Verificou-se que o fenômeno da possessão coletiva se manifestou nos grupos mais exaltados que defendiam, sempre de maneira intolerante, pontos de vista opostos e estavam sendo direcionados por seus, respectivos, líderes. Entretanto, ainda não se abordou a questão



religiosa, tão importante segundo Jung nessas situações.

A fé (religião ou espiritualidade) foi percebida por 40,3% como sempre ajudando na manutenção da tranquilidade frente a pandemia, para outros 22,9% frequentemente, e para 21,1% algumas vezes, enquanto que raramente ou nunca para apenas 15,8% da amostra.

Nesse contexto outro dado obtido pelo questionário abre a necessidade de uma reflexão, pois apenas 3,3% se perceberam fortemente tranquilos durante a pandemia, enquanto 7,1% se percebiam tranquilos e 15,1% parcialmente tranquilo, totalizando 25,5% de pessoas que de alguma forma se percebiam tranquilos. Contudo, temos 40,3% que percebiam a fé sempre ajudando na manutenção da tranquilidade, mas apenas 10,4% afirmaram estar tranquilos (7,1%) ou fortemente tranquilos (3,3%) durante a pandemia.

Essa diferença pode ser entendida pela distinção entre as pessoas do local em que “praticam” sua fé (uma instituição religiosa ou em sua residência), pois 25,7% indicaram que sempre (15,5%) ou frequentemente (10,2%) praticam sua fé em uma instituição religiosa, enquanto 16,5% indicaram que algumas vezes. Assim, pelo fechamento das instituições religiosas, durante a fase inicial da pandemia, uma parcela da população ficou impedida de praticar sua fé e alcançar o suporte e sua tranquilidade conforme se verificou nos dados a seguir.

Dos 15,5% que sempre praticam sua fé em uma instituição religiosas, apenas 11% se percebiam fortemente tranquilos e 12,8% tranquilos durante a pandemia. E dos 10,2% que frequentemente praticam sua fé

em uma instituição religiosa, apenas 2,7% se percebiam fortemente tranquilos e 6,9 % de tranquilos.

Em contrapartida, dos 3,3% que se percebiam fortemente tranquilos, 82 % afirmaram que sua fé sempre o tranquilizava enquanto apenas 4,3 % indicaram que frequentemente. O diferencial é que nesse grupo de *fortemente tranquilos* 65,3% praticavam sua fé sempre em casa, enquanto 20% a praticavam frequentemente nesse contexto. E dos 7,1% que se percebiam tranquilos, 65,3% afirmaram que sua fé sempre o tranquilizava enquanto 20% indicaram que frequentemente. Do grupo de *tranquilos* 63% praticam sua fé em casa sempre enquanto apenas 18,3% indicaram que frequentemente.

Dessa forma, pode-se inferir que a fé se mostrou importante, principalmente para aqueles que conseguiram continuar com suas práticas em suas residências. Aqueles que praticam sua fé em alguma instituição religiosa foram mais afetados no início da pandemia, pelo fechamento das instituições, do que os que praticam sua fé em suas casas.

O grupo formado pelas pessoas que percebem que sua fé sempre ou frequentemente o tranquiliza e que também indicaram estarem tranquilos ou fortemente tranquilos durante a pandemia tiveram a seguinte percepção sobre sua irritação com as pessoas que discordavam de sua opinião sobre a pandemia: 20,9% discordavam fortemente e 20,9% discordavam que ficaram irritado pelas divergências de opinião, bastante diferente do quadro geral em que apenas 4,1% discordam fortemente e 11,4% discordam desta situação.



Assim percebe-se, nessa amostra, a coerência com a colocação de Jung sobre a fé (espiritualidade/religião) ser um fator de proteção a massificação, provavelmente

5. Considerações finais

A pandemia do novo coronavírus causou uma enorme comoção no ambiente psicossocial brasileiro, principalmente pela possibilidade de acompanhamento, quase de imediato, do desenrolar dos acontecimentos em diversas partes do mundo. Na cidade de Codogno - Itália, no dia 20 de fevereiro, era detectado o primeiro caso de COVID-19. Nos dias 21, 22 e 23 de fevereiro, ocorreram os primeiros óbitos, e novos casos foram confirmados. A cidade de Codogno passou para um regime de isolamento, semelhante ao feito na província de Hubei —que inclui a cidade de Wuhan —, em 23 de janeiro de 2020, na China, epicentro da COVID-19.

Com a chegada da COVID-19 na Europa, houve uma explosão no número de casos confirmados e de mortes decorrentes da contaminação, principalmente na Alemanha, Espanha, França, Itália, Reino Unido e o Vaticano. Nesse contexto totalmente atípico, no dia 10 de março a Itália viveu o seu primeiro dia de isolamento de abrangência nacional, e no dia 19 de março o seu sistema de saúde entrou “em colapso” não possuindo capacidade para realizar atendimento a todos que necessitavam, tratava-se de uma enorme tragédia, mas ainda “distante”.

Alastrou-se pelas diversas mídias sociais imagens e vídeos da situação de caos enfrentada por esses países em decorrência da pandemia, principalmente, da Itália. O ministro da saúde do Brasil, na época, era Luiz Henrique Mandetta,

pela sua influência na manutenção da tranquilidade neste momento de crise que evita a excessiva elevação da tonalidade afetiva.

criticou a OMS pela demora em usar a definição — pandemia — para essa situação, e disse que a declaração, do dia 13 de março, já era esperada e que nada mudaria para o Brasil, ressaltando que no dia 04 de fevereiro de 2020 já tinha sido decretada no Brasil uma “emergência de saúde pública de importância nacional”, antes mesmo da confirmação do primeiro caso que ocorreu no país no dia 26 de fevereiro.

Aqui, no Brasil, o Ministério da Saúde indicou critérios de isolamento e quarentena, a serem aplicados pelas autoridades de saúde nos pacientes com suspeita ou confirmação de infecção por coronavírus. A portaria nº 356, de 11 de março de 2020 foi publicada no Diário Oficial da União, com regras para entrar em vigor a partir do dia 12 de março de 2020. Até então, os 60 casos confirmados no Brasil estavam divididos em nove estados: Alagoas (1), Bahia (2), Minas Gerais (1), Espírito Santo (1), Rio de Janeiro (13), São Paulo (30), Rio Grande do Sul (4), Paraná (6) e Distrito Federal (2). No dia 13 de março, os governadores do Estado do Rio de Janeiro e São Paulo anunciaram seus decretos com as medidas de enfrentamento a pandemia que divergiam de algumas orientações do Ministério da Saúde, essa situação provocou um desentendimento entre as esferas estaduais e federal do poder público. Entretanto, o mais importante e que se destacou naquele momento foi o caráter simbólico dos anúncios, pois aquela



situação caótica dos países Europeus, que eram acompanhadas pela internet, porém ainda distante, naquele instante se materializou como possibilidade real no cenário brasileiro.

O sentimento de apreensão se alastrou pelo Brasil, a maior parte do país passou a adotar medidas de isolamento social e, de suas casas, todos acompanhavam, principalmente pela internet, o desenrolar dos acontecimentos. A partir deste canal, a internet, pôde-se perceber a crescente apreensão e divergências entre os brasileiros, e logo surgiram grupos fanáticos se digladiando sobre quais seriam as medidas mais adequadas para o enfrentamento a pandemia. Incrivelmente, naquele momento de incertezas em que existiam mais dúvidas do que convicções, esses grupos adotavam uma postura de detentores do conhecimento verdadeiro e correto para o enfrentamento da pandemia. Assim, este estudo se propôs a verificar se uma possessão coletiva, conforme teorizada por Carl Gustav Jung, estaria na raiz das divergências e impossibilitando o diálogo oportuno para a definição de melhores estratégias de enfrentamento.

Jung definiu possessão coletiva como aqueles estado no qual coletividades encontram-se com elevada temperatura afetiva, e, em decorrência, o diálogo e a argumentação racional não encontram espaço. Uma coletividade nessa situação se encontra sobre influência de fatores inconscientes que mantêm o grupo coletivamente exaltado e direcionado por crença distorcidas, carregadas de preconceitos afetivos, e que possuem o caráter contagioso produzindo verdadeiras epidemias psíquicas. O principal perigo da epidemia psíquica é o surgimento de

movimentos extremistas e intolerantes, como ocorreu na Europa na década de 30 e que provocaram enormes tragédias com diversas violações dos direitos humanos. A fronteira é tênue não sendo possível precisar quando uma epidemia psíquica crescente deslanchará em violações dos direitos humanos, ou em uma Rebelião, uma Revolução ou uma Guerra.

No Brasil, verificou-se inicialmente a divisão, em linhas gerais, em dois grandes grupos que se formavam entorno da defesa do isolamento social total, mais rigoroso, ou do isolamento social parcial, mais suave, porém ambos com a finalidade de reduzir as contaminações possibilitando a preparação dos estados e municípios para o atendimento dos casos graves de COVID-19 e evitar o colapso do sistema de saúde. Na medida que os acontecimentos se desenrolavam outros motivos ocuparam o lugar do “isolamento social” nessa contenda, mas a oposição ferrenha, entre os grupos, permanecia a mesma. Do isolamento social, proposto em caráter emergencial, passou-se ao debate sobre o uso de medicações alternativas (não desenvolvidas especificamente para a COVID-19), em que os estudos ainda estavam em andamento, assim sendo, o uso desses medicamentos também seria em caráter emergencial. Na atualidade, os debates estão pairando sobre o uso das vacinas para a COVID-19, que ainda estão com seus processos de pesquisa e desenvolvimento em andamento, e sobre quando e como realizar a vacinação, que também ocorreria em caráter emergencial. E, em comum a todas essas questões, está o **caráter emergencial**, ou seja, essa expressão indica o desconhecimento da eficácia, efetividade e dos efeitos colaterais das medidas, e, por isso, persiste a polêmica



em torno do caráter obrigatório ou voluntário das medidas adotadas. Outras questões compuseram esse cenário e aqui não se pretende resgatar e abordar todas, mas apenas ilustrar a tensão entre os grupos. Como pano de fundo percebe-se o entrelaçamento político-ideológico com as questões atinentes ao enfrentamento a pandemia. As oposições entre os grupos políticos não surgiram com a pandemia, mas essa situação se agravou bastante com a forte mobilização emocional provocada pelo momento de crise.

O fenômeno da possessão coletiva, geralmente, inicia-se a partir de minorias subversivas, que existem em qualquer sociedade e possui o potencial de se alastrar, em situação de crise sociais com elevada mobilização afetiva, para os demais membros da sociedade que são mais suscetíveis ao contágio psíquico. Os dados do questionário online indicaram essa elevada mobilização afetiva que atingiu, igualmente, todas as classes sociais e níveis de escolaridade. A maior parte da amostra, que possui um grau de confiabilidade de 99% e uma margem de erro inferior a 5%, indicou está afetada, preocupada, insegura, angustiada e com medo. Estes dados também possibilitaram confirmar a percepção da forte influência político-partidária nos grupos exaltados e debates acalorados.

A maioria das pessoas em uma sociedade, conforme indicado por Jung (2011), se constitui de pessoas que em situação de “normalidade” afetiva conseguem estabelecer o diálogo racional e encontrar alternativas para solução dos problemas, mesmo com os habituais conflitos. Entretanto, nos momentos de crise a elevação da tonalidade afetiva pode inviabilizar o diálogo. Destaca-se a

convergência de grupos massificados na figura de um líder. O líder da massa representa e encarna os anseios e exerce fascínio pelo estabelecimento de forte laços afetivos. Assim, cada grupo massificado defende as posições adotadas pelo seu líder à revelia dos fatos e fenômenos, inclusive, negando o conhecimento científico.

Pode-se clamar por tranquilidade e serenidade desses líderes? A história da humanidade não nos enche de esperança quanto ao sucesso dessa súplica. Mas, outro aspecto, também mencionado por Jung (2011), pode ser uma possibilidade de ação para proteção dos indivíduos da massificação: a prática da fé (religiosidade intrínseca ou espiritualidade), pelos membros da sociedade, que possui o potencial de produzir a tranquilidade necessária nos momentos de crise, e que viabiliza o estabelecimento de diálogo adequados entre a população, e nada é mais forte para influenciar a atitude dos governantes, em uma democracia, do que a opinião pública.

Provavelmente, aqueles que são ateus ou agnósticos podem sentir-se um pouco incomodados com essa colocação. Entretanto, este estudo não se propõe a defesa de nenhuma doutrina religiosa, mas a indicação da necessidade de que os indivíduos atendam ao chamado de sua natureza psíquica. A atitude psíquica religiosa é uma expressão do inconsciente coletivo e uma necessidade natural que sempre se impõem. Atender a esse chamado é seguir para o caminho do equilíbrio psíquico enquanto, em contrapartida, verifica-se que outros caminhos têm levado ao aumento crescente das doenças mentais, individuais e coletivas, em nossa sociedade. Jung destaca que uma doutrina política pode funcionar



para o estabelecimento do equilíbrio psíquico, desde que não se encaminhe para uma veneração dessa como ocorre nas ideologias políticas. E, na atualidade, a adoção da espiritualidade, que independe da religiosidade, é um caminho para (possessão coletiva) aqueles que não se identificam com nenhuma instituição religiosa.

A religiosidade é o caminho desenvolvidos pelos nossos antepassados para conecta-se com Deus, que em última instância se trata da *Imago Dei* projetada no mundo. A *Imago Dei* é o *Self*, centro da psique, arquétipo da totalidade e da ordem, e o diálogo entre o Ego e o *Self*, consciente e inconsciente, é uma necessidade psíquica para o estabelecimento e manutenção do equilíbrio psíquico. Metaforicamente, trata-se da jornada do herói mítico que todo indivíduo (Ego) enfrenta em busca da

integralidade e ampliação da consciência, o processo de *Individuação*.

O diálogo, mencionado, entre o Ego e o *Self*, também pode ser estabelecido por meio das psicoterapias, principalmente as que possuem um viés psicodinâmico, e em particular pela psicoterapia analítica junguiana que possui um corpo teórico e prático que busca auxiliar os indivíduos nos caminhos da *Individuação*. Ambos, fé e psicoterapia, são caminhos que favorecem o processo de *Individuação* que proporcionam ao indivíduo independência e autonomia ante as condições adversas da existência, e proporciona o fortalecimento psíquico. Em consequência, os indivíduos que adotam uma espiritualidade, religiosidade intrínseca ou passam por um processo psicoterápico, obtêm um relativo equilíbrio psíquico e estarão menos suscetíveis ao contágio psíquico e a massificação.

Referência

Houaiss, A., & Villar, M. de S. (2009). *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Objetiva.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2020). *Estimativas da População*. <https://ibge.gov.br/>

Jung, C. G. (2011). *Presente e futuro (OC 10/1)* (6th ed.). Vozes.

Jung, C. G. (2012a). *O desenvolvimento da personalidade (OC 17)* (12th ed.). Vozes.

Jung, C. G. (2012b). *Tipos psicológicos (OC 6)* (5th ed.). Vozes.

Recebido em: 27/10/2021

Aceito em: 20/12/2021

Nome: Ricardo de Queirós Batista Ribeiro

Email: ricardoqbr@hotmail.com

Endereço para correspondência:

Academia Militar de Agulhas Negras

Independência (Agulhas Negras)

27534970 - Resende, RJ - Brasil



Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons Attribution 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)